



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 44/2023, em que é recorrente **Gilson Alex dos Santos Vieira** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 10/2024

(Autos de Amparo 44/2023, Gilson Alex dos Santos Vieira v. STJ, Inadmissão por não-imputabilidade de violação ao órgão judicial recorrido)

I. Relatório

1. O Senhor Gilson Alex dos Santos Vieira interpôs recurso de amparo impugnando o *Acórdão STJ 206/2023, de 12 de outubro*, apresentando fundamentos que se sintetiza da seguinte forma:

1.1. Inicia o seu arrazoado com breves considerações sobre a figura do recurso de amparo, para depois pontuar que, segundo o entendimento do tribunal recorrido, o referido recurso não é dotado da capacidade de suspender o trânsito em julgado das suas decisões, sendo esta prerrogativa exclusiva do recurso de fiscalização concreta;

1.2. Continua expondo o percurso do processo principal, que, de importante, para efeitos deste recurso de amparo, se circunscreve ao seguinte:

1.2.1. Depois de acusado e condenado pela prática de crimes de tráfico agravado de estupefacientes, associação e “adesão” criminoso e lavagem de capitais agravado, assim como de crimes de armas, recorreu para o TRS e para o STJ:

1.2.2. Considerando que a decisão deste egrégio órgão judicial, além de, na sua opinião, preterir os seus direitos fundamentais e dos demais coarguidos, teria adotado uma interpretação que colocaria em causa as normas constitucionais e internacionais, teria

justificado a interposição de “Amparo Constitucional e [de] Fiscalização Concreta para esta Corte”;

1.2.3. Assim, “[p]erante a admissão desses recursos aguardando a prolação do acórdão não haveria razões plausíveis para que continue detido e privado da sua liberdade”; estando nesta situação desde 06 de junho de 2020, isto é, por mais de 36 meses;

1.3. Do ponto de vista do Direito assevera que:

1.3.1. Com a interposição de recurso de amparo constitucional e fiscalização concreta, junto ao Tribunal Constitucional, ficaria nítido que a decisão judicial que o priva da sua liberdade não transitou em julgado, já que estes têm esse efeito sobre as decisões judiciais;

1.3.2. Os prazos legalmente estabelecidos relativamente à sua manutenção em prisão preventiva prescreveram com o acórdão de admissibilidade do Recurso de Fiscalização Concreta de N. 41/2022, de 13 de abril de 2023;

1.3.3. Já que, nos termos do artigo 439 do CPP, a interposição do recurso de amparo aproveita-o;

1.3.4. Por esta razão, considerando a violação dos seus direitos constitucionalmente amparados, nomeadamente liberdade, presunção de inocência, contraditório e recurso e o facto de se encontrar preso para além do prazo legal, requereu *habeas corpus*;

1.4. Complementa o seu arrazoado,

1.4.1. Reiterando que teria requerido a reparação dos seus direitos, mas o pedido foi julgado improcedente pelo *Acórdão STJ 229/2023*;

1.4.2. Argumenta que o que estaria em causa no presente recurso seria a questão da “suspensão da executoriedade”, isto é, os efeitos do recurso de amparo e do recurso de fiscalização concreta e a sua natureza, bem como o facto de o recorrente poder aproveitar-se do recurso de fiscalização concreta dos demais coarguidos, nos termos do citado artigo 439;

1.5. A respeito da decretação de medida provisória:

1.5.1. Dada a complexidade da questão, os riscos de o processo não ser concluso nos próximos seis meses seriam imensos, e com isto a privação da liberdade do recorrente violaria o seu direito a liberdade e sentimento de justiça;

1.5.2. A aplicação da medida provisória seria imprescindível não apenas para repor a legalidade e a verdade jurídica, mas também para evitar malefícios graves e de difícil reparação;

1.5.3. Danos estes que atingiriam não apenas a sua esfera patrimonial, como também a psicológica, tendo ainda impacto sobre a sua vida familiar;

1.6. Conclui a sua peça,

1.6.1. Recuperando os fundamentos previamente apresentados;

1.6.2. E pedindo que o recurso seja admitido e, subsequentemente,

1.6.3. Seja concedido amparo adequado a reparar os direitos fundamentais referidos e que se determine a soltura imediata do recorrente de modo a preservar o direito de não ser mantido em prisão por facto pelo qual a lei não a permite, isto é, sem uma decisão judicial transitada em julgado;

1.6.4. Seja apreciada a natureza e os efeitos do recurso de amparo constitucional, assim como o alcance e a abrangência do recurso de fiscalização concreta de constitucionalidade interposto por um dos coarguidos, conforme o artigo 439 do CPP;

1.6.5. E que o *Acórdão STJ 206/2023, de 12 de outubro*, seja revogado com as devidas consequências legais, assim se restabelecendo os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados, nomeadamente as garantias de presunção de inocência, de contraditório e o direito à liberdade;

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público, para emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Exmo. Sr. Procurador Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. O recurso seria tempestivo;

2.2. O recorrente parecia ter cumprido as disposições do artigo 7º e 8º da Lei do Amparo;

2.3. Não caberiam outros recursos ordinários e os direitos que invoca seriam passíveis de amparo;

2.4. Assim como não constaria que esta Corte tenha rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual;

2.5. Embora esses pressupostos estejam preenchidos ressalta que o pedido não parecia obedecer ao requisito de assertividade previsto no número 2 do artigo 8.º da Lei do Amparo;

2.6. O pedido de revogação da decisão judicial não integraria as finalidades legais cabíveis a um recurso de amparo constitucional;

2.7. Nesta senda, na sua perspectiva, dever-se-ia aperfeiçoar o requerimento de forma a clarificar os termos do pedido e a concreta pretensão de amparo constitucional.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 22 de dezembro de 2023, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão de aperfeiçoamento.

3.1. Nos termos da qual determinou-se a notificação do recorrente para, sem a necessidade de reproduzir toda a peça: a) Juntar aos autos o pedido de *habeas corpus* e a certidão de notificação dos acórdãos referenciados ou qualquer documento oficial que permitisse verificar a data em que acedeu ao conteúdo da última decisão judicial; b) Identificar com o máximo de precisão a(s) conduta(s) que pretendia que o Tribunal Constitucional escrutine; c) Indicar o(s) amparo(s) específico(s) que almejava obter para a reparação dos direitos considerados vulnerados.

3.2. Lavrada no Acórdão 188/2023, de 22 de dezembro, *aperfeiçoamento por ausência de indicação de condutas que pretende que o TC escrutine, por imprecisão na definição dos amparos que almeja obter e por omissão na junção de documento essencial,*

Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 4, de 11 de janeiro, pp. 50-54, este foi notificado ao recorrente no dia 2 de janeiro de 2024;

3.3. Já a 4 de janeiro o impugnante submeteu:

3.3.1. Peça de aperfeiçoamento de duas páginas na qual tece algumas considerações e inclui um ponto 3 no qual diz indicar as condutas que “devem ser escrutinadas e decididas”;

3.3.2. Anexou uma impressão que conteria um requerimento de *habeas corpus* por si protocolado e o que seria uma impressão de uma notificação que terá sido feita pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça;

3.3.3. E pediu um prazo suplementar de cinco dias para juntar a certidão de notificação, dizendo já a ter requerido ao STJ.

4. Nesse mesmo dia já havia sido marcada sessão final de julgamento para o dia 12 de janeiro de 2024, a qual nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21*

de abril, *Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios-constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual

lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria, eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de

processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

3. Na presente situação, apesar de ter apresentado o requerimento recursal na secretaria do Tribunal Constitucional, era notório que a peça não cumpria na sua plenitude as exigências legais.

3.1. Nos termos da qual determinou-se a notificação do recorrente para, sem a necessidade de reproduzir toda a peça: a) Juntar aos autos o pedido de *habeas corpus* e a certidão de notificação dos acórdãos referenciados ou qualquer documento oficial que permitisse verificar a data em que acedeu ao conteúdo da última decisão judicial; b) Identificar com o máximo de precisão a(s) conduta(s) que pretendia que o Tribunal Constitucional escrutine; c) Indicar o(s) amparo(s) específico(s) que almejava obter para a reparação dos direitos considerados vulnerados.

3.2. Lavrada no Acórdão 188/2023, de 22 de dezembro, aperfeiçoamento por ausência de indicação de condutas que pretende que o TC escrutine, por imprecisão na definição dos amparos que almeja obter e por omissão na junção de documento essencial, Rel: JCP Pina Delgado,

3.3. Nos termos do artigo 17, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, “[n]a falta, insuficiência ou obscuridade dos fundamentos de facto ou de direito, será o recorrente notificado para suprir as deficiências, no prazo de dois dias”. O regime também é integrado pelo artigo 16, alínea b), que dispõe que “o recurso não será admitido quando a petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7º e 8º” e pelo número 2 da mesma disposição que reza que “[n]o caso da alínea b) do número anterior a petição só será rejeitada se a falta não for suprida no prazo a que se refere o artigo 17º”.

4. A admissibilidade de um aperfeiçoamento determinado pelo Tribunal Constitucional em acórdão tirado em sede de recurso de amparo depende de, primeiro, a peça protocolada por um recorrente entrar dentro do prazo previsto pelo artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*; segundo, de corresponder às injunções feitas pelo aresto:

4.1. A tempestividade da peça de aperfeiçoamento é evidente, considerando que:

4.1.1. O recorrente foi notificado no dia 2 de janeiro de 2024;

4.1.2. E submeteu peça de aperfeiçoamento no dia 4 de janeiro deste ano;

4.1.3. Logo, no prazo de dois dias de que dispunha.

4.2. Por sua vez, o cumprimento das injunções é muito discutível porque o recorrente limitou-se a anexar dois documentos que longe de parecerem oficiais, assemelham-se a impressões, pedindo um prazo de dois dias para juntá-los posteriormente, na medida em que, pelo menos em relação a um deles, teria requerido o seu acesso ao Egrégio Supremo Tribunal de Justiça.

4.2.1. Em relação aos dois documentos, depois de os confrontar com os originais autuados verifica-se que o seu teor corresponde, mas que a sua forma é muito diferente. Apesar de os aceitar, o Tribunal Constitucional continua a alertar o recorrente para a necessidade de se apresentar documentos oficiais e não meras impressões de computadores;

4.2.2. O recorrente entendeu apresentar mais dois documentos fora do prazo, com o argumento de que já os tinha solicitado ao Supremo Tribunal de Justiça sem, no entanto, apresentar prévia ou sucessivamente qualquer comprovação do que alegou, de sorte a configurar-se algum justo impedimento.

4.2.3. Em função dessas vicissitudes, é só no limite e muito em favor da aferição das demais condições de admissibilidade que o Tribunal ultrapassa este obstáculo ao conhecimento das questões suscitadas e prossegue condicionalmente com este juízo.

5. Porque materialmente não deixa de ser verdade que, no essencial, consegue-se depreender as condutas que o recorrente pretende impugnar e a entidade que as terá

empreendido, os direitos que entende terem sido violados e, genericamente, intui-se o amparo último que almeja obter, aspetos que serão avaliados adiante, se for necessário.

5.1. As condutas que pretende impugnar estão delineadas da seguinte forma:

5.1.1. O facto de o Tribunal recorrido ter decidido que o recurso de amparo constitucional não tem o condão de suspender o trânsito em julgado das decisões judiciais;

5.1.2. O facto de o tribunal recorrido ter decidido que o recorrente não se beneficia do recurso de fiscalização concreta interposto por outros coarguidos, mantendo-o detido e privado da sua liberdade,

5.2. As quais violariam, segundo diz, os seus direitos à liberdade, à presunção da inocência, ao contraditório e ao *habeas corpus*;

5.3. E justificariam a concessão de amparos, que, conforme indica na sua peça de aperfeiçoamento, seria uma declaração de que os direitos de sua titularidade foram violados e a sua soltura imediata.

6. Antes de prosseguir, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, caso seja necessário, ressaltando-se que:

6.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria, considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

6.2. O recorrente, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se arroga ser titular de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, ser pessoa direta, atual e efetivamente passível, em abstrato, de ser afetada pela conduta impugnada, possui legitimidade processual ativa, o mesmo ocorrendo, no polo passivo, com a entidade recorrida que praticou o ato ao qual se imputa a lesão dos direitos nos termos da orientação geral (v. *Acórdão 29/2021, de 3 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto

Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

6.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a reparar a violação praticada, e por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, com suspensão de contagem aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

6.3.1. Nestes termos, o recorrente havia sido notificado do duto *Acórdão 206/2023, de 12 de outubro*, no mesmo dia, seguindo-se colocação de pedido de reparação no dia 17 de outubro;

6.3.2. Este foi apreciado e decidido pelo *Acórdão 219/2023*, no dia 31 de outubro de 2023, tendo disso o recorrente sido comunicado no dia 14 de novembro;

6.3.3. *Prima facie*, contando-se o prazo a partir deste dia o recurso pareceria tempestivo, já que deu entrada na secretaria do TC exatamente vinte dias depois daquela data, isto é, a 12 de dezembro.

6.3.4. Contudo, a questão a saber é se, por um lado, neste caso, efetivamente havia a necessidade de se pedir reparação depois da prolação do ato judicial recorrido, e se, por outro lado, este pedido era idóneo a provocar o órgão judicial *a quo* a pronunciar-se sobre a alegada violação de direitos.

6.3.5. É que, de uma parte, seria de se considerar que, não obstante o recorrente já ter pedido reparação do seu direito à liberdade no requerimento de *habeas corpus* alegando no essencial a forma como julgava que a norma deveria ser interpretada no sentido de conduzir à ilegalidade da sua prisão – o que permitiria arguir que seria situação de dispensa de pedido sucessivo de reparação, conduzindo à fixação de um outro *dies a quo*, nomeadamente o da própria notificação da decisão recorrida –, da outra, não deixa de ser absolutamente verdade que a interpretação específica que se desafia foi tomada pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça através da decisão impugnada e não propriamente pela situação genérica de privação alegadamente ilegal da liberdade. Assim sendo, se isso confirma a tempestividade do recurso, cria problemas quando ao

preenchimento do pressuposto do pedido de reparação, questão que se enfrentará mais à frente.

7. A construção adequada da peça ou o seu aperfeiçoamento permitem que o Tribunal Constitucional, antes de tudo, consiga identificar o centro nevralgico do escrutínio de amparo – a conduta impugnada – que se constituirá no objeto do recurso. Podendo materializar-se tanto num ato, como numa omissão, a conduta corresponde a um comportamento de uma entidade à qual se imputa a vulneração de um direito, liberdade e garantia. É a isso que se refere tanto o artigo 20 da Lei Fundamental quando remete à “tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais (...)”, como o artigo 2º da Lei do Amparo, quando se refere à “prática de factos ou à omissão de atos ou factos”. Isso desde que em relação aos atos, nos termos do artigo 2º, número 3, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, estes não assumam natureza legislativa ou normativa, devendo o Tribunal Constitucional recusar qualquer impugnação que ataque diretamente norma constante de dispositivo legal ou equiparado, como, de resto, tem feito ao recusar-se a admitir recursos de amparo que impugnam normas (*Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Barros v. TRS sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1828, 2, *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 2.3.4, *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 2.2.1, *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 5. e 6, *Acórdão 29/2019, de 30 de julho, Arlindo*

Teixeira vs. STJ, referente à norma prevista pelo número 1 do artigo 2 da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como as garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 24 de setembro de 2023, pp. 1618-1653, 3.2, e *Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária e Alfredo de Carvalho v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, ii), estabelecendo claramente a distinção entre o objeto de recursos de amparo e o objeto de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade. Na medida em que a aplicação de qualquer ato normativo poderá ser impugnada através deste último recurso constitucional dificilmente se pode considerar o dispositivo legal que exclui do objeto do recurso de amparo atos públicos como portador de um vício de inconstitucionalidade.

7.1. No caso concreto, na sua peça de aperfeiçoamento registada, o recorrente identifica como violações:

7.1.1. O facto de o tribunal recorrido ter decidido que o recurso de amparo constitucional não tem o condão de suspender o trânsito em julgado das decisões judiciais;

7.1.2. O facto de o tribunal recorrido ter decidido que o recorrente não se beneficia do recurso de fiscalização concreta interposto por outros coarguidos, mantendo-o detido e privado da sua liberdade.

7.2. Não portando tais fórmulas natureza normativa, dá-se por preenchida essa imposição legal que fixa o próprio objeto do recurso, caso ele seja admitido.

8. E, além disso, é determinante para se identificar os direitos potencialmente atingidos pela conduta lesiva, uma etapa essencial para se verificar se a conduta em causa é passível de ser amparada, do que depende, de uma parte, de estar em causa posição jurídica dependente de direito, liberdade ou garantia ou direito que se pode beneficiar do regime de proteção desta categoria de direitos, e, da outra, de, em potência, ser ato que pode ser diretamente atribuível ao órgão judicial recorrido por este poder ter responsabilidade direta, imediata e necessária na sua violação, portanto de esta poder ser-lhe imputável de alguma forma.

8.1. O recorrente considera terem sido vulnerados os seus direitos à liberdade, presunção da inocência, contraditório e *habeas corpus*;

8.1.1. Tratam-se de garantias fundamentais de processo penal associadas ao direito à liberdade sobre o corpo, logo amparáveis.

8.1.2. Dando-se por preenchida essa exigência essencial.

8.2. A determinação final da ocorrência de violação imputável ao órgão judicial recorrido é feita na fase de mérito. No momento de avaliação da presença dos pressupostos e requisitos de admissibilidade basta que o Tribunal avalie a possibilidade racional e abstrata de a conduta impugnada ser suscetível de ter sido praticada direta, imediata e necessariamente pela entidade recorrida.

8.2.1. Pode-se até aceitar que a segunda conduta, por ser atribuível o Egrégio STJ, justifica este pedido de amparo, na medida em que passível de ser imputada a este órgão judicial, que, de facto, aplicou o artigo 439 do Código de Processo Penal, atribuindo a este dispositivo interpretação que, no entendimento do recorrente, lesaria o seu direito;

8.2.2. Porém, a primeira conduta pura e simplesmente não foi objeto de qualquer aplicação pelo Supremo Tribunal de Justiça e foi suscitada pelo recorrente em moldes a configurar um comportamento reprovável, como se explicitará adiante. Segue-se por partes:

8.2.3. Não há conduta do STJ com esse teor porque, primeiro, não há nenhuma decisão, posto que esta foi a de indeferir o pedido de *habeas corpus* por falta de fundamento legal; e nem sequer há qualquer *ratio decidendi* com esse teor, considerando que no único trecho em que o órgão judicial recorrido faz uma assertiva sobre a sua posição em relação aos efeitos do recurso de amparo foi para marcar o contraste entre a doutrina que adota a respeito deste meio jurídico de defesa de direitos individuais e o seu entendimento sobre os efeitos do recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade. Na melhor das hipóteses, trata-se, no contexto concreto da decisão recorrida, de um *obiter dictum*; impassível, como tal, de ser impugnado em sede de recurso constitucional;

8.2.4. E é processualmente censurável porque diz respeito a uma questão que se refere a um recurso de amparo há muito decidido pelo Tribunal com decisão transitada

em julgado (*Acórdão 27/2022, de 24 de junho, Gilson Alex dos Santos Vieira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N, 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1916-1921), que rejeitou liminarmente qualquer conduta que, direta ou indiretamente, tivesse relação com possível violação ao direito à liberdade do recorrente, como, de resto, o Tribunal já havia dito cristalinamente no *Acórdão 137/2023, de 7 de agosto, Gilson Alex dos Santos Vieira v. STJ, Inadmissão por Inexistência Manifesta de Violação de Direito, Liberdade e Garantia*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 87, 17 de agosto de 2023, pp. 1886-1890, 3.4, quando asseverou sem ambiguidades que: “em relação aos trechos da decisão do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça lavrada no *Acórdão 17/2022*, que confirmaram a culpa do recorrente e a pena que lhe foi aplicada, considerando improcedente as suas alegações de condenação baseada em indícios vagos, existência de nulidades processuais, na ilegalidade da separação das culpas e no excesso da pena aplicável, independentemente da diferença de posição entre os dois tribunais sobre os efeitos da interposição de recursos de amparo sobre o trânsito em julgado das decisões dos tribunais judiciais, constituiu-se um caso julgado parcial, do qual resulta a definitividade desses segmentos e, conseqüentemente, transformando o estatuto do recorrente de preso preventivo no de condenado”;

8.2.5. Tal contexto acentua ainda mais a gravidade da recolocação desta questão, valendo o alerta que se tinha feito no quadro desta última decisão, no sentido de que “este recurso se funda em pressupostos notoriamente inexistentes, cujo trajeto denota o grave defeito de o recorrente vir ocupar dois tribunais superiores em períodos particularmente exigentes com demandas de proteção de direitos absolutamente frívolas”;

8.2.6. E em que o recorrente não se abstém de utilizar argumentos notoriamente falsos, como dizer que foram admitidos recurso de amparo dele – recorrente – que ainda estariam pendentes de decisão no mérito, logo obstando ao trânsito em julgado, asseverando claramente que, com a interposição do recurso de amparo junto ao Tribunal Constitucional, a decisão condenatória ainda não teria transitado em julgado;

8.2.7. Isso depois de ter usado os mesmos dizeres no ponto 13 do seu requerimento de *habeas corpus*, quando fundamentou a sua súplica sustentando que, além do recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, também recurso de amparo aguardava prolação de decisão no mérito, existindo vários recursos, inclusive de amparo, no Tribunal Constitucional para serem decididos;

8.2.8. Correspondendo tais assertivas a falsidades grosseiras. Abusivamente colocadas, por sinal, pois todos os recursos de amparo que impetrou foram decididos e nenhum provido, haja em vista que, desde logo, o *Recurso de Amparo 20/2022* foi decidido no mérito pelo *Acórdão 82/2023, de 24 de maio*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 66, de 15 de junho de 2023, pp. 1384-1390, tendo o Tribunal Constitucional considerado que o órgão judicial recorrido “não violou o direito à liberdade sobre o corpo do recorrente (...)”; o *Recurso de Amparo 11/2022* foi, primeiro, objeto de uma decisão de rejeição de admissibilidade de uma das condutas impugnadas vertida para o citado *Acórdão 27/2022, de 24 de junho, Gilson Vieira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, e posteriormente decidido pelo *Acórdão 129/2023, de 01 de agosto, Gilson Alex dos Santos Vieira v. STJ, sobre o direito de defesa, com foco no direito ao contraditório*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 1, 17 de agosto de 2023, pp. 1856-1859, nos termos do qual os juízes do TC entenderam não se ter registado a violação do direito ao contraditório na sua vertente de exercício do contraditório alegada; o *Recurso de Amparo 30/2023* foi igualmente apreciado por este Tribunal, tendo ficado decidido, através do citado *Acórdão 137/2023, de 7 de agosto, Gilson Alex dos Santos Vieira v. STJ, Inadmissão por Inexistência Manifesta de Violação de Direito, Liberdade e Garantia*, Rel: JCP Pina Delgado, não se admitir o recurso. E nem todos eles se referiam ao mérito da decisão final, de tal sorte que pudessem obstar ao trânsito em julgado.

O recurso de amparo protocolado pelos seus coarguidos não foi admitido pelo *Acórdão 68/2023, de 5 de maio, Bernardino Monteiro Ramos e Outros v. STJ, Inadmissão por Intempestividade de Colocação de Peça de Aperfeiçoamento*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, de 22 de maio, pp. 1291-1292, sendo infrutífero o incidente pós-decisório lançado pelos recorrentes e decidido pelo *Acórdão 94/2023, de 12 de junho, Bernardino Ramos e Outros v. STJ, Indeferimento Liminar do Pedido de Aclaração do Acórdão nº 68/2023 por Suscitação Intempestiva de Incidente Pós-Decisório*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 69, de 22 de junho, pp. 1357-1358 e mesmo que fosse nunca beneficiária o recorrente nos termos da jurisprudência estabilizada deste Tribunal (*Acórdão 27/2019, de 9 de agosto, Ayo Abel Obire v. STJ, sobre violação da liberdade sobre o corpo e da garantia de não se ser mantido em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1596-1608,

3.5.4.; *Acórdão 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1792-1803, 5.4). Subsistem apenas os recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade colocados em separado pelos coarguidos Bernardino Monteiro Ramos, Anilton de Jesus Xavier Semedo, João Paulo Semedo Vieira, André Semedo Robalo da Veiga, Danilson Mendes Martins, Adilson de Jesus Almeida Monteiro, Fábio Moreno Rocha, e Adilson Mendonça Robalo; Paulo Sérgio Pina Teixeira; e Anilton Jorge Semedo Vieira e Leocádio Semedo Robalo da Veiga, o que pode relevar para a questão que coloca a respeito do recurso de fiscalização concreta, mas já não para efeitos do recurso de amparo.

8.2.9. Prossegue a aferição de constitucionalidade somente em relação à segunda questão, como é evidente.

9. Um pedido de amparo em que se pede que se declare que direitos de titularidade do recorrente foram violados e requer-se a sua soltura imediata, pode ser tido por congruente com o estabelecido pelo artigo 25 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*.

10. Ademais, consideram-se pressupostos especiais aplicáveis às situações em que o recurso de amparo é colocado contra conduta do poder judicial que a violação seja expressa e formalmente invocada no processo logo que o ofendido tenha dela recebido comunicação, que se tenham esgotado as vias legais de recurso e que tenha sido requerida reparação.

10.1. A lei coloca, deste modo, um ónus sobre o titular do direito de suscitar a questão no processo logo que o ofendido tenha tido informação sobre o ocorrido, uma exigência que depende de o recorrente ter tomado conhecimento da violação, nomeadamente através de comunicações judiciais ou de consultas aos autos, e de haver mecanismos processuais previstos para alegar o que entender em sua defesa.

10.1.1. Neste caso, é perceptível que o recorrente, tendo tomado conhecimento do indeferimento do seu pedido de *habeas corpus* no dia 12 de outubro de 2023, com fundamento em razões que entende terem sido lesivas dos seus direitos, liberdades e garantias,

10.1.2. Agiu logo a seguir – no dia 17 do mesmo mês – embora dúvidas fiquem se o fez de forma idónea, o que será enfrentado adiante.

10.2. De outra parte, dispõe o artigo 6º que “o recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei de processo”.

10.2.1. A fórmula utilizada vai num sentido extremamente amplo porque referindo-se a meios legais abarca mecanismo que seja idóneo assegurar a defesa de direitos e interesses legítimos seja ela pré-decisório, decisório ou pós-decisório; ordinário, extraordinário ou especial. Do que decorre o efeito manifesto de que, enquanto os mecanismos pré-decisórios de tutela através da submissão de requerimentos vários, podem ser absorvidos pela necessidade de recurso ordinário decorrente do segundo segmento da disposição, o facto de inexistirem recursos ordinários disponíveis não isenta os titulares do direito de terem de utilizar qualquer via legal decisória prevista na respetiva lei de processo, desde que ela seja hábil a produzir o efeito de proteção do direito. Isso, na medida em que preservado o poder jurisdicional do tribunal recorrido em relação à questão colocada, por exemplo uma nulidade, este possa revogar a sua própria decisão;

10.2.2. Neste caso em concreto, o que se observa é que já não havia qualquer meio ordinário de reação disponível para impugnar decisão do STJ tomada em sede de *habeas corpus* e a utilização de qualquer incidente pós-decisório sempre implicaria em desafiar o próprio mérito da decisão, algo que não recai debaixo das finalidades desse instrumento de proteção.

10.2.3. Por estas razões, pode dar-se por preenchido este pressuposto.

10.3. Dispõe a lei que o pedido de amparo contra condutas do poder judicial depende de ter “sido requerida reparação”, condição essencial para, por um lado, garantir que os tribunais judiciais, que também são órgãos de proteção de direitos, possam reparar eventuais lesões que tenham ocasionado, e, do outro, evitar que o Tribunal Constitucional seja inundado de súplicas de amparo que pudessem ter sido resolvidas e ultrapassadas através da intervenção dos tribunais judiciais e garantir que quando ele intervenha todos os argumentos já tenham sido apresentados e discutidos e a questão já esteja estabilizada e amadurecida. Sendo assim, tendo o *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes*

v. *STJ*, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto, Rel: JC Pina Delgado, 1.2.2, considerado que é mister verificar se uma imputação de vulneração de direito que é submetida foi precedida da colocação da questão ao órgão judicial recorrido em moldes que este a pudesse apreciar e reparar, a partir do *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, esta Corte Constitucional tem sustentado a imprescindibilidade de se confirmar que houve pedido de reparação, tendo considerado que a partir deste aresto o Tribunal tem avaliado o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 3 em conjugação com o disposto no artigo 6. Portanto para haver esgotamento das vias ordinárias de recurso é preciso que se prove ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perceptíveis, que se tenha requerido a sua reparação, que a violação não tenha sido reparada e que, no momento em que se requer o amparo ao Tribunal Constitucional, processos paralelos, passíveis de garantia a tutela do direito, não estejam a tramitar em qualquer outra instância (*Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 2 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, d); *Acórdão 45/2021, de 6 de outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, d)) *Acórdão 48/2022, de 12 de dezembro de 2022, Djanine Gomes Rosa v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 88-92, d).

10.3.1. Havendo, por motivos evidentes, flexibilidade para se o fazer através de meios ordinários ou extraordinários, é exigência incontornável que se assim se proceda – e, talvez, sobretudo, nos casos em que a violação primária só pode ser atribuída ao último tribunal na cadeia decisória – tanto nos casos em que se lhe atribui uma violação por ação, como uma violação por omissão;

10.3.2. O recorrente, é certo, protocolou um pedido de reparação, mas é muito discutível que o mesmo fosse idóneo a desencadear qualquer reação do Egrégio Supremo

Tribunal de Justiça. Já que, mais uma vez, e a despeito de sucessivos avisos desta Corte, o recorrente submete um pedido de reparação vazio, aparentemente para cumprir pressuposto obrigatório da Lei do Amparo, mas sem efetivamente apresentar elementos suficientes que permitissem ao órgão judicial recorrido confrontar-se com a alegada violação de direitos a tal ponto de a poder reparar;

10.3.3. É que se está a falar de uma peça que se limita a pedir reparação, dizendo que conforme se poderia “ver o pedido de *habeas corpus* e consequente libertação do arguido foi indeferido”. Imagina-se, diria este Coletivo, por “fundamentos” passíveis de contrariar vários arestos do TC, “elencados no requerimento de *habeas corpus* que foi indeferido e consequentemente lesou os direitos fundamentais do arguido, ou seja quanto aos efeitos do recurso de amparo e de fiscalização concreta da constitucionalidade e o âmbito e abrangência da mesma, artigo 439”. A isso, absorvendo douda exposição da JCR a dar também uma resposta genérica, o órgão judicial recorrido posicionou-se no sentido de que “nenhum direito fundamental do requerente se mostra postergado pela decisão judicial em causa”, propondo-se “a rejeição liminar desse incidente pós-decisório, porquanto no acórdão reclamado não se violou qualquer direito fundamental do recorrente”;

10.3.4. Mais uma vez, repete-se o alerta feito anteriormente de que “o pedido de reparação para ser considerado deve ser o mais completo e claro possível e deve identificar a conduta que se constitui na violação, a explicitação do direito, liberdade ou garantia vulnerado e as respetivas razões jurídicas que sustentam tais alegações, assim permitindo que o órgão judicial recorrido seja confrontado com a violação e tenha, informadamente, a possibilidade de a reparar” (*Acórdão 173/2023, de 23 de novembro, Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento v. STJ, Inadmissão por manifesta inexistência de violação de direito, liberdade e garantia e por existência de recurso com objeto substancialmente igual rejeitado*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 122, 30 de novembro de 2023, pp. 2480-2488, 8.4), o que não aconteceu neste caso.

11. Porém, mesmo que, para efeitos meramente argumentativos, se considere preenchido este pressuposto, não significa que se tenha de admitir o recurso neste particular. Nomeadamente porque pode dar-se o caso de serem aplicáveis as causas especiais de inadmissão previstas pelas alíneas e) e f) do artigo 16 da Lei do Amparo e

do *Habeas Data*, nomeadamente as de manifestamente não estar em causa violação de direitos, liberdades e garantias ou de o Tribunal já ter rejeitado, por decisão transitada em julgado, recurso com objeto substancialmente igual.

11.1. De acordo com a primeira disposição, “o recurso não será admitido quando (...) manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias individuais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo”.

11.1.1. A jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria percorreu um longo caminho desde a discussão inicial que se travou no âmbito dos Autos de Amparo Constitucional 1/2016 e que resultou no *Acórdão 5/2016, de 14 de março, Emílio Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 10 de maio de 2016, p. 1211-1221, e), e numa declaração de voto assinada pelo JC Pina Delgado;

11.1.2. A partir deste debate incorporou-se o entendimento de que o recurso a essa causa de inadmissão requereria que se demonstrasse a ausência de fundamentalidade do direito invocado, a ausência de conexão entre parâmetros de escrutínio convocáveis e as condutas impugnadas e a inviabilidade manifesta das pretensões do recorrente, que se manifestaria nas circunstâncias em que todos os juízes estivessem seguros de que a causa estava condenada a fracassar no mérito, não havendo a mínima centelha de poder ser estimado, caso admitido;

11.1.3. Esta posição foi assumida plenamente pelo *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); e seguidamente pelo *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 493-499, e); pelo *Acórdão 23/2019, de 27 de junho, Osmond Nnaemeka Odo v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, p.1232-1236, e); pelo *Acórdão 24/2019, de 4 de julho, Leny Martins e Fernando Varela v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, p. 1580-1585, e), sendo que nestes três últimos casos, apesar da viabilidade extremamente reduzida, optou-se por se admitir o recurso, posto não haver segurança total a respeito da improcedência do pedido. Porém, em relação aos que já foram apreciados, conduzindo a

decisão de improcedência no mérito (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 36-42; *Acórdão 26/2019, de 9 de agosto, sobre violação do direito à liberdade, da garantia de presunção de inocência e da garantia de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 24 de setembro de 2019, pp. 1590-1595). A estes se junta o mais recente *Acórdão 49/2022, de 12 de dezembro*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 92-96, que foi admitido *in extremis* porque nem todos os juízes ficaram convictos que o pedido era manifestamente inviável, mas pouco tempo depois foi julgado improcedente pelo *Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, por confirmação de sentença condenatória a pena de reclusão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido, Ivan Furtado v. TRB*, Rel: JC Pina Delgado, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 680-683;

11.1.4. Já no *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 5 de abril de 2022, p. 909-915, e), considerou-se que manifestamente não era viável violação da garantia de não ser mantido em prisão preventiva sem proferimento de despacho de pronúncia, em situação em que, embora este não tenha sido notificado ao recorrente, foi proferido dentro do prazo legal de oito meses, e no *Acórdão 27/2022, de 24 de junho, Gilson Vieira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 setembro de 2022, p. 1916-1921, e), não se admitiu uma das condutas impugnadas por considerar que era manifestamente inviável que tivesse violado direito, liberdade ou garantia;

11.1.5. De todo esse debate emerge que a causa de admissibilidade da alínea e) do artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* permite que se antecipe a falta de mérito de um pedido de amparo nos casos em que ele não esteja devidamente ancorado numa posição jurídica que remeta a um direito amparável (“fundamentalidade”); em que entre as condutas impugnadas e os parâmetros indicados não exista uma ligação lógica (“conexão”) ou que perfunctoriamente se consiga concluir que, de forma clara, não há

qualquer hipótese de o recurso ser procedente no mérito (“viabilidade”), o que pode acontecer quando todos os juízes tiverem acesso aos autos e puderem analisar todos os elementos pertinentes e mostrarem-se confortáveis em antecipar o julgamento de mérito da questão, tornado inócuo qualquer juízo subsequente;

11.2. Neste caso concreto, é manifesto que o Tribunal Constitucional não conseguiria justificar a imputação da violação de um direito ao Supremo Tribunal de Justiça, precisamente porque a espécie de processo – nomeadamente, o *habeas corpus* – conduziria a uma situação de inexigibilidade de uma interpretação mais favorável a direitos, liberdades e garantias (a *contrario sensu*, Acórdão 55/2021, de 6 de dezembro, *Hélder Zidane v. STJ, sobre violação da garantia de não ser mantido em prisão preventiva além dos prazos legalmente estabelecidos*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, 17 de janeiro de 2022, pp. 115-121, 6.4; Acórdão 28/2022, de 24 de junho de 2022, *Sarney de Pina Mendes v. STJ, sobre violação da garantia de não ser mantido em prisão preventiva além dos prazos previstos pela lei e do direito à liberdade sobre o corpo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1921-1930, 6.4; Acórdão 73/2023, de 9 de maio de 2023, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 59, de 25 de maio, pp. 1310-1314, 8; Acórdão 82/2023, de 20 de maio de 2023, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 66, de 15 de junho de 2023, pp. 1384-1391, 10; Acórdão 124/2023, de 25 de julho de 2023, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 81, 1 de agosto de 2023, pp. 1632-1637, 10; Acórdão 168/2023, de 31 de outubro de 2023, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 122, 30 de novembro de 2023, pp. 2437-2444, 10; Acórdão 169/2023, de 31 de outubro de 2023, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 122, 30 de novembro de 2023, pp. 2444-2449, 8).

11.2.1. Primeiro, porque a questão foi levada ao conhecimento do Egrégio STJ no dia 6 de outubro de 2023, com alegação segundo a qual o recurso de fiscalização concreta teria o condão de suspender o trânsito em julgado das decisões judiciais, conduzindo ao que o recorrente designou de prescrição de todos e quaisquer prazos de prisão preventiva, “havendo vários recursos pendentes de decisão no TC”, citando, no final da sua exposição, que em relação ao recurso interposto, todos os arguidos se beneficiariam nos termos do artigo 439 do CPP;

11.2.2. Em seguida, o Alto Tribunal judicial promoveu diligências descritas no relatório do aresto impugnado junto a este Tribunal e convocou audiência para ouvir o requerente e o digníssimo representante do MP, realizou-a e deliberou, adotando decisão vertida para o acórdão recorrido no dia 12 de outubro, ou seja, seis dias depois, intervindo sábado e domingo;

11.2.3. Nesse conspecto, muito dificilmente se poderia imputar qualquer violação ao Egrégio Supremo Tribunal de Justiça em sede de *habeas corpus*, na medida esta providência extraordinária serve para tutelar o direito à liberdade sobre o corpo em situações evidentes de prisão ilegal, o que não era decididamente o caso, independentemente de haver ou não base para sustentar as alegações do recorrente;

11.2.4. E por razões evidentes. Não se tratava de saber se a interposição e/ou admissão de um recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por um órgão ao qual se atribui decisão viciada de inconstitucionalidade normativa obstaria ao trânsito em julgado de decisão ou a constituição de qualquer caso julgado parcial para os recorrentes, mas sim de saber se em tal situação um coarguido que não recorre também se podia beneficiar desse recurso;

11.2.5. No mesmo diapasão, mesmo partindo da premissa de que ao lei do dizer que o coarguido se beneficia de eventuais recursos constitucionais interpostos pelos demais, haveria que se determinar o alcance dessa norma para se saber a partir de que momento isso deve acontecer. Seria a partir do momento em que há uma decisão de inconstitucionalidade, habilitante de eventual pedido de revisão da sentença que permitisse ultrapassar o caso julgado, ou os efeitos estender-se-iam para impedir a constituição de qualquer caso julgado em relação a decisão condenatória do recorrente?

11.2.6. Sobretudo, quando este não denota o mínimo esforço de demonstração que, primeiro, identificasse o regime jurídico aplicável de forma clara e completa, e, segundo, construísse um arrazoadado que impusesse ao Egrégio Supremo Tribunal de Justiça uma decisão dentro do reduzidíssimo prazo que tem para decidir essas providências extraordinárias;

11.2.7. Portanto, se em relação a uma questão simples de saber se a interposição de um recurso de fiscalização concreta pelo próprio arguido obstaria ao trânsito em

julgado de uma decisão judicial condenatória exigir-se-ia uma decisão conforme de um tribunal judicial em sede de *habeas corpus* no espaço de cinco dias – o que aconteceu em relação ao pedido do coarguido Fábio Moreno Rocha, cujo recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade ainda está pendente neste tribunal – o mesmo não se pode dizer da altamente complexa segunda questão a envolver o ora recorrente, que foi colocada pela primeira vez ao STJ e em termos muito pouco elaborados, não sendo exigível que, no prazo de cinco dias, juízes, ainda que sapientes e experientes, como é reconhecido e é de lei, confrontados ineditamente com essa questão tivessem de adotar uma outra interpretação, ainda que, por hipótese, esta fosse mais benigna para os direitos fundamentais em causa;

11.2.8. Assim sendo, tal violação, a existir, nunca seria imputável ao *Acórdão 206/2023, de 12 de outubro*, prolatado pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça.

11.3. Conduzindo, assim, à manifesta inexistência de violação de direito, liberdade e garantia neste caso.

12. Na sua petição de recurso o recorrente requereu ainda que lhe fosse concedida medida provisória de libertação imediata, sugerindo, sem apresentar qualquer documento, estar-se perante situação líquida de violação de direito, de prospetiva demora na decisão do pedido de amparo e de prejuízos irreparáveis para si, já que este cuidava sozinho da família e teria trabalho fixo e remunerado antes de ser conduzido à cadeia.

12.1. A este respeito, o Tribunal já havia fixado orientação no sentido de que existe uma relação indissociável e instrumental entre o amparo destinado a remediar situações de violação de direitos, liberdades e garantias e as medidas provisórias requeridas no âmbito dos mesmos autos (*Acórdão 08/2019, de 14 de fevereiro, João Batista Delgado v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, p. 509-511, II.).

12.2. A mesma orientação tem sido adotada, sem qualquer desvio, pelos seguintes arestos: *Acórdão 21/2018, de 16 de outubro, Cleidir Semedo v. Diretor da Cadeia Central da Praia e Ministra da Justiça*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, de 25 de outubro de 2018, p. 1648-1655; *Acórdão 04/2019, de 24 de janeiro, Eduina Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 484-490, d); *Acórdão 22/2019, de 27 de junho, Elton Dias v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, p. 1227-1232, d); *Acórdão 40/2019, de 11 de outubro, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, p. 121-131, d); *Acórdão 44/2019, de 20 de dezembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, p. 151-155, d); *Acórdão 26/2020, de 09 de julho, Vanda de Oliveira v. TJCSV*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, p. 2152-2157; *Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 27 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, de 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 29/2021, de 03 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, p. 2264-2270, d); *Acórdão 34/2021, de 11 de junho de 2021, Anilson Silva v. CSMJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, p. 2299-2305, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, III; *Acórdão 41/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2580-2590, III; *Acórdão 45/2021, de 06 de 22 outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, III, *Acórdão 51/2021, de 25 novembro, Pedro Veiga v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, p. 95-99, III, *Acórdão 56/2021, de 06 de dezembro, Ognochukwo Barros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, p. 121-126, III.; *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 30, de 5 de abril de 2022, p. 909-916, III.; *Acórdão 18/2022, de 19 de abril, Ivan Jorge Fernandes v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, de 1 de julho de 2022, p. 1590-1596, III; e *Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecnil Imobiliária v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, de 5 de janeiro de 2023, p. 42-49, III.

12.3. Do que decorre que a não-admissão do recurso de amparo, prejudica a avaliação do pedido de decretação de medida provisória, o qual, em tais casos, deve ser, sem mais, liminarmente rejeitado.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento, e negar a concessão de medida provisória.

Registe, notifique e publique.

Praia, 25 de janeiro de 2024

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 25 de janeiro de 2024.

O Secretário,

João Borges